



MUNDIAL S.A. – PRODUTOS DE CONSUMO

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Mundial S.A.- Produtos de Consumo (a "Mundial") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

As atividades objeto da Mundial são divididas em:

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos;

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

A Mundial, em conjunto com suas controladas, (denominadas como "a Companhia"), ainda atua nos seguintes segmentos:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro e Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda com sede em Manaus, efetuam a comercialização e distribuição dos produtos de *personal care*, *fashion*, gourmet, motores e demais itens de beleza pessoal.

As ações da Mundial S.A. – Produtos de Consumo são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

2 Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mundial foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A administração da Mundial entende ser capaz de cumprir com as obrigações financeiras (nota explicativa 19) e o passivo tributário (nota explicativa 20).

A Companhia vem tomando importantes medidas com o intuito de sanear os pontos comentados acima:

- Em setembro de 2011 a Companhia realizou a alienação de imóveis não operacionais no montante de R\$ 36.000. Referidos valores foram depositados judicialmente, em conta vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia está aguardando a manifestação da Procuradoria da Fazenda Nacional para deliberar acerca da destinação dos recursos para quitação de tributos federais administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.
- Em novembro de 2012 a Companhia realizou outra alienação de imóvel não operacional no montante de R\$ 22.000. Referidos valores foram depositados judicialmente, em conta vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. Em abril de 2014 referido montante foi utilizado para quitação de débitos oriundos do parcelamento da Lei nº. 11.941/2009, bem como para quitação de parcelas do parcelamento instituído pela Lei nº. 9.964/2000 – REFIS.

Ainda, cumpre destacar que a Companhia possui outros imóveis com potencial de negociação, sendo que os valores envolvidos nestas futuras alienações serão igualmente destinados à redução do passivo tributário, nas esferas Federais e Estaduais, reduzindo dessa forma substancialmente o passivo tributário existente.

- A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 300 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 41.039, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

A Companhia aderiu em 25 de agosto de 2014 ao parcelamento federal instituído pela Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros com Prejuízos Fiscais e Base Negativa e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos (até 180 meses).

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas e coligadas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida posteriormente na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou Prejuízos Fiscais e Base Negativa para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30% (trinta por cento), será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

- Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a aquisição na totalidade das debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Companhia, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente com a Hercules S.A.
- Em janeiro de 2014, a Mundial S.A. firmou um aditamento ao contrato que mantinha com a Etilux Indústria e Comércio Ltda. através do qual a Companhia reassume a gestão comercial e a distribuição dos produtos com a marca "Mundial Personal Care", bem como o processo de importação de itens até hoje chamados de licenciados com a mesma marca.
Esta iniciativa foi negociada entre as partes, e formalizada em comum acordo por se tratar da melhor opção existente para ambas.

Esse processo de transição foi concluído em meados do ano, passando a mostrar seus efeitos positivos a partir do segundo semestre de 2014, quando reassumimos a venda direta para aproximadamente 3.500 clientes, reduzindo de maneira importante a concentração de sacado. Nos primeiros seis meses, passamos pela fase de aprendizado comum ao estabelecimento de novos processos, e incorremos em dispêndios extras, considerando as despesas e os investimentos relacionados à montagem da estrutura física de armazenagem e distribuição, com aproximadamente 9.000 m², composição dos estoques reguladores e a contratação e treinamento de pessoal qualificado para a área.

Ainda nesse período, o antigo operador logístico estava liquidando seus estoques de mercadorias, o que limitava as vendas diretas da Companhia e representava pressão adicional sobre os preços. Passado essa primeira fase, tivemos aumento das vendas, redução significativa dos prazos de vendas e ganho de rentabilidade na Divisão, incorporando a margem de comercialização, mesmo considerando as adversidades do mercado, com o agravamento do cenário econômico doméstico.

A Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

3 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controladora Mundial S.A. - Produtos de Consumo e suas controladas com as seguintes participações diretas e indiretas:

	31/12/14		% de participação 31/12/13	
	Direta	Indireta (*)	Direta	Indireta (*)
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	100,00	-	100,00	-
Mundial Inc. (a)	100,00	-	100,00	-
Mundial Personal Care (a)	100,00	-	100,00	-
Eberle Agropastoril S.A.	100,00	-	100,00	-
Monte Magré S.A.	100,00	-	100,00	-
Mundial Europa (a)	100,00	-	100,00	-
Cia Florestal Zivi-Hercules S.A.	99,74	-	99,74	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00	1,00	99,00	1,00
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00	1,00	99,00	1,00
Mundial Argentina S.A.(a)	96,91	3,09	96,91	3,09
Mundial Asia (a)	-	100,00	-	100,00
Mundial Co (a)	-	70,00	-	70,00
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	99,00	1,00	-	-
Eberle Bellini S.A.	-	99,88	-	99,88

(*) Refere-se à participação detida pela controlada direta Eberle Equipamentos e Processos S.A.

(a) Empresas controladas situadas no exterior conforme descrito na nota explicativa 1.

4 Base de Preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP.

A revisão nº 7 do Pronunciamento Técnico (aprovado em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre BRGAAP e o IFRS.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2015.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – Ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa 18 – Imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota explicativa 21 – Provisão para contingências; e
- Nota explicativa 24 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

5 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Mundial S.A. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda de apresentação) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar para, uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível são consideradas como parte do investimento líquido na operação no exterior e são reconhecidos em outros resultados abrangentes, e acumulados em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia e suas controladas tenham intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento são compostos por aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas “desreconhecem” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação como reserva de capital.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando método linear baseado na vida útil econômica. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo arrendado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

As vidas úteis estimadas dos itens significantes do ativo imobilizado são as seguintes:

- Prédios de 25 a 88 anos;
- Instalações de 3 a 50 anos;
- Máquinas e equipamentos 2 a 40 anos;
- Ferramentas de 2 a 55 anos;
- Computadores de 2 a 43 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de cada exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento inicial

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Dentro desse conceito, os seguintes ativos intangíveis foram reconhecidos: aquisição da licença de uso marca Impala por prazo indeterminado e softwares.

ii. Gastos subseqüentes

Os gastos subseqüentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear relacionada às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Softwares de 5 a 15 anos
- Marca Impala: indefinida

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o

vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Ativos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da

Companhia e suas controladas. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciables. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

l. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da controladora e das controladas, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. (Nota explicativa 22)

m. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada operação de venda.

n. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada

período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia e suas controladas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia e suas controladas de controlarem o uso do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros recebidos de clientes, variações cambiais e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações cambiais, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

q. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Mundial e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

r. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Mundial), despesas da sede, resultado financeiro e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture – Em setembro de 2014, o IASB emitiu pequenas alterações nas IFRS 10 Consolidated Financial Statements e IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures (2011). As alterações referem-se a uma inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e a IAS 28 (2011), referente à venda ou a entrada de bens entre um investidor e sua coligada ou joint venture. A principal consequência das alterações é que um ganho ou perda total é reconhecido quando a transação envolve um negócio (se ele estiver alocado em uma filial ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial S.A. está analisando os possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

Equity Method in Separate Financial Statements – Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações contábeis separadas. O IASB esclarece que as alterações vão ajudar a algumas jurisdições a registrar em IFRS suas demonstrações contábeis individuais, reduzindo os custos de conformidade sem reduzir a informação disponível aos investidores. A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa. A Companhia já utiliza em suas demonstrações contábeis

individuais o método de equivalência patrimonial, para registrar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas.

IFRS 9 Financial instruments - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações financeiras.

Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations – Em maio de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IFRS 11 - Joint Arrangements, que trata de alterações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações financeiras.

u.

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers – Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 – Revenue, o IAS 11 – Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e a Mundial está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e não produziu efeito relevante nestas demonstrações contábeis. está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio fundamental desse princípio para o reconhecimento de receita é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou dos serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e não produzirá efeito relevante nestas demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São representados pelo saldo em conta bancária corrente e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	448	526	5.217	3.789
Aplicações financeiras	525	4.309	5.135	7.560
	973	4.835	10.352	11.349

As aplicações financeiras estão registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo aos seus respectivos valores de mercado. Estão demonstradas como segue:

As aplicações de curto em prazo são representadas por Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a taxa média de 95,87% a.m. do CDI, classificadas como mantidas até o vencimento.

Operações nas Controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 80,78% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras descritas acima estão mantidas em reciprocidade aos empréstimos e financiamentos mencionados na nota explicativa 19.

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda

As aplicações em Certificado de Depósito Bancário(CDB) estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações financeiras descritas acima estão mantidas em reciprocidade aos empréstimos e financiamentos mencionados na nota explicativa 19.

Mundial Argentina S.A.

As aplicações tem um prazo fixo de 30dd e foram negociadas com uma taxa de 1,53% a.m.

7 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Duplicatas a receber mercado interno	39.497	45.042	108.186	129.112
Duplicatas a receber mercado externo	4.370	5.427	4.370	5.427
Duplicatas a receber de controladas	17.519	11.560	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.559)	(4.054)	(4.915)	(4.462)
	56.827	57.975	107.641	130.077

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Saldo inicial	(4.054)	(4.867)	(4.462)	(5.244)
(-) Complemento	(1.106)	(3.242)	(1.225)	(3.306)
(+) Baixas ou perdas ocorridas	601	4.055	772	4.088
Saldo final	(4.559)	(4.054)	(4.915)	(4.462)

O saldo de contas de clientes mercado interno e externo possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
A vencer	40.102	47.054	99.273	120.554
Vencidos até 30 dias	2.324	3.234	4.276	4.211
Vencidos entre 31 e 90 dias	801	1.879	1.242	2.661
Vencidos entre 91 e 180 dias	2.005	1.341	749	584
Vencidos há mais de 181 dias	16.164	8.521	7.016	6.529
	61.396	62.029	112.556	134.539

O saldo de contas de clientes mercado interno e externo a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
A vencer até 30 dias	17.687	20.578	41.541	40.989
A vencer entre 31 e 90 dias	15.651	18.787	47.608	52.524
A vencer entre 91 e 180 dias	6.513	7.254	9.099	25.722
A vencer há mais de 181 dias	251	435	1.025	1.319
	40.102	47.054	99.273	120.554

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está fundamentada em uma análise individual de todos os títulos em aberto há mais de 180 dias por parte da assessoria jurídica de cobrança da Companhia, sendo que a provisão para perdas é constituída para os casos onde sejam considerados de recebimento remoto, conforme critérios definidos pela Administração.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Mercadorias	3.540	3.569	25.667	15.791
Produtos acabados	6.534	6.815	7.450	9.557
Produtos em elaboração	5.610	4.765	6.314	5.791
Matérias-primas	9.692	9.214	11.879	11.516
	25.376	24.363	51.310	42.655

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	748	542	748	542
Créditos acumulados de ICMS	-	78	12.179	11.299
Créditos acumulados de IPI	-	105	-	308
Imposto de renda e contribuição social	246	442	766	468
Outros	215	173	1.548	1.782
	1.209	1.340	15.241	14.399
Ativo circulante	653	935	2.314	2.541
Ativo não circulante	556	405	12.927	11.858
	1.209	1.340	15.241	14.399

10 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Títulos a receber por alienação de imobilizado	17.934	74.860	17.937	74.860
Outros títulos a receber	503	407	669	409
	18.437	75.267	18.606	75.269
Ativo circulante	503	407	669	409
Ativo não circulante	17.934	74.860	17.937	74.860
	18.437	75.267	18.606	75.269

O saldo de títulos a receber, no montante de R\$ 17.934, em 31 de dezembro de 2014, corresponde à venda da unidade de motores elétricos em 2004, à Metalcorte, hoje, Voges Metalurgia Ltda. Até 31 de dezembro de 2013 o saldo era atualizado pela taxa SELIC acrescido de spread de 0,6% ao mês, no exercício corrente o saldo não sofre mais atualização.

Em junho de 2013 o montante registrado no curto prazo foi transferido para o longo prazo em função da Administração da Companhia estar renegociando o contrato.

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração reconheceu perda de títulos a receber no valor de R\$ 56.926, baseada no Laudo de avaliação de bens, realizado por uma empresa especializada contratada pela Companhia e na opinião de seus assessores jurídicos, uma vez que a empresa compradora está em situação de Recuperação Judicial.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre entidades controladas e outras partes relacionadas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as empresas da Companhia e levam em consideração os volumes de operações, a periodicidade das transações e a segmentação do processo interno de produção dentro do grupo. Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Todas as transações entre as empresas controladora e controladas foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impactos das transações entre controladora, coligadas e controladas estão demonstrados a seguir:

	Saldos patrimoniais				
	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por mútuo e conta corrente	Passivo por mútuo e conta corrente	Outras
Controladora					
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	304.638	-	-	40	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	9.245	-	3.259
Mundial Argentina	-	14.062	2.595	-	-
Mundial Inc.	-	2.099	629	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	-	-	17.657	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	33.343	-
Mundial Europa	-	-	-	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	-	2.270	-
Cia. Florestal Zvi e Hercules	-	-	613	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	21.158	1.416
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	2.036	-	-
Mundial Personal Care	-	867	2.687	-	-
Eberle Bellini	-	-	-	5.527	-
Fundação Abramo-Eberle	-	-	-	-	-
Zhepar Participações Ltda.	-	-	-	-	2.249
Mundial Co	-	273	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	304.638	17.301	35.462	62.338	6.924

Saldos patrimoniais

	Debêntures	Contas a receber por vendas	Ativo por mútuo e conta corrente	Passivo por mútuo e conta corrente	Outras
Controladora					
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	389.007	-	-	-	-
Eberle Equipamentos	-	-	-	-	3.446
Mundial Argentina	-	8.795	2.288	-	-
Mundial Inc.	-	1.939	15	-	-
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	-	-	29.985	-	-
Monte Magré S.A.	-	-	-	33.486	-
Mundial Europa	-	-	27	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	-	-	-	2.282	-
Cia. Florestal Zivi e Hercules	-	-	1.247	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	-	-	5.677	-	958
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	-	-	-	999	-
Mundial Personal Care	-	565	2.370	-	-
Eberle Bellini	-	-	-	5.646	-
Zhepar Participações Ltda.	-	-	18.833	-	2.700
Mundial Co	-	75	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	389.007	11.374	60.442	42.413	7.104

	Resultado			
	Venda de produtos e serviços	Variação cambial	Receitas financeiras	Outras
Controladora				
Mundial Argentina	4.603	685	-	-
Mundial Inc.	4.516	635	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	8	-	-	461
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	219	-	-	-
Mundial Europa	-	-	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	61.363	-	-	442
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	692	-	-	1.476
Mundial Personal Care	199	28	-	-
Mundial Co	410	38	-	-
Saldo em 31/12/2014	72.010	1.386	-	2.379

	Resultado			
	Venda de produtos e serviços	Variação cambial	Receitas financeiras	Outras
Controladora				
Hercules S.A. - Fábrica de Talheres	-	-	41.154	-
Mundial Argentina	5.988	305	-	-
Mundial Inc.	4.402	(463)	-	-
Eberle Equipamentos e Processos S.A	-	-	-	3.446
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	-	-	-	-
Mundial Europa	-	22	-	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	60.099	-	-	958
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	407	-	-	-
Mundial Personal Care	227	307	-	-
Zhepar Participações Ltda	-	-	-	2.700
Mundial Co	282	167	-	-
Saldo em 31/12/2013	71.405	338	41.154	7.104

Saldos patrimoniais

Consolidado	Debêntures	Saldo ativo por mútuo e conta corrente
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	304.638	-
Hercules x Eberle Bellini S.A	-	2.966
Saldo em 31/12/14	304.638	2.966
Saldo em 31/12/13	389.007	21.799
Consolidado	Resultado	
	Receitas	
	financeiras	
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	-	
Saldo em 31/12/14	-	
Saldo em 31/12/13	41.154	

Hercules S.A – Fábrica de Talheres

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela Hercules S.A no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente conta de mútuo por conta corrente, conforme descrito na nota explicativa 13.

Zhepar Participações Ltda.

Em 31 de janeiro de 2014 a Mundial S.A. assinou contrato com a empresa Zhepar Participações Ltda. cedendo e transferindo o direito a receber o crédito registrado na contabilidade da Companhia como “Créditos Judiciais de Terceiros” no valor de R\$18.793.

Em novembro de 2014 a Zhepar Participações rescindiu o contrato assinado anteriormente com a Companhia, nos termos cláusula 10 do instrumento, ocasião em que procedeu com a baixa para perda do montante.

Outras controladas

As transações com Mundial Inc., Monte Magré S.A., Eberle Agropastoril S.A. e Eberle Bellini, decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos.

As demais transações com as empresas controladas referem-se a transferências de numerários na modalidade de conta corrente entre as empresas.

Remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Empresas no exterior	Variação cambial	Indeterminado
Demais empresas relacionadas	Não remuneradas	Indeterminado

Honorários da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros fiscais, diretores e membros do conselho de administração da Mundial.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Remuneração fixa		
Conselho de administração, fiscal e diretores estatutários	2.746	2.628
Diretores não estatutários	366	349
	3.112	2.977

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Direitos creditórios	54.000	-	57.500	-
Depósito judicial trabalhista/civil	4.990	4.582	5.070	4.617
Adiantamento de fornecedor	2.598	1.071	4.368	1.463
Adiantamento de pessoal	1.930	2.392	2.321	2.642
Banco conta vinculada	4.126	4.336	3.809	4.144
Outras contas	3.053	1.119	5.531	3.200
	70.697	13.500	78.599	16.066
Ativo Circulante	8.998	7.496	13.239	10.036
Passivo circulante	61.699	6.004	65.360	6.030
	70.697	13.500	78.599	16.066

Em dezembro de 2014 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda registrou o montante no valor de R\$ 57.500, a título de aquisição de Direitos Creditório, em contra partida a esse direito a Companhia e sua Controlada registrou passivo a pagar o montante de R\$ 19.225.

13 Debêntures a receber

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE - Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a aquisição na totalidade das debêntures de 2ª emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de créditos detidos pela Companhia, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente com a Hercules S.A.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do período social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações contábeis da Emissora, em

qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das informações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Hercules S.A., oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas, o valor da marca é testado anualmente sendo apurado valor suficiente para honrar os compromissos assumidos.

Em novembro de 2014 a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.396, através de transferência de prejuízo fiscal para utilização no parcelamento da Lei 12.996/2014, sendo a título de pagamento de parte do saldo das debêntures.

14 Ativos mantidos para venda

	Controladora		Consolidado	
Imóveis sito a:	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Rua Paul Zivi-Gravataí- RS	18.877	18.877	18.877	18.877
Br.116 Km 145 - Caxias do Sul - RS	5.098	5.098	5.098	5.098
Rua Visconde de Pelotas- POA - RS	542	542	542	542
Rua Dona Carlinda - Canela - RS	-	-	3.715	3.715
Outros imóveis	83	83	1.594	1.594
	24.600	24.600	29.826	29.826

15 Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas:

Investimentos

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro ou Prejuízo	Equivalência Patrimonial 31/12/2014
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	100,00%	5.991	41.973	26.068	15.905	26.604	3.082	3.082
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00%	99	97.281	56.515	40.766	139.612	10.737	10.630
Mundial Inc.	100,00%	200	16.694	14.719	1.975	16.973	(22)	(331)
Mundial Argentina S.A.	96,91%	1.744	10.121	16.811	(6.690)	6.928	(4.368)	(3.899)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00%	99	25.614	95.998	(70.384)	33.264	16.041	15.958
Monte Magré S.A.	100,00%	4.361	37.059	9.421	27.638	-	210	210
Mundial Personal Care	100,00%	100	972	5.830	(4.858)	468	(520)	(509)
Mundial Europa	100,00%	450	4	-	4	-	(84)	(84)
Eberle Agropastoril S.A.	100,00%	1.042	3.402	295	3.107	-	(12)	(12)
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	99,74%	310	-	613	(613)	-	634	632
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	99,00%	99	1.629	2.141	(512)	5.966	(859)	(850)

24.827

Investimentos

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial 31/12/13
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	100,00%	5.991	36.271	23.854	11.567	21.951	434	434
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	99,00%	99	88.618	58.589	30.029	156.458	15.932	15.773
Mundial Inc.	100,00%	200	12.158	10.482	1.675	15.048	(330)	(330)
Mundial Argentina S.A.	96,91%	1.744	10.653	12.830	(2.177)	13.727	(3.305)	(3.229)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	99,00%	99	34.730	121.154	(86.425)	36.075	(11.865)	(11.747)
Monte Magré S.A.	100,00%	4.361	37.202	9.775	27.427	-	(138)	(138)
Mundial Personal Care	100,00%	100	932	4.758	(3.826)	309	(786)	(786)
Mundial Europa	100,00%	450	36	28	8	-	-	-
Eberle Agropastoril S.A.	100,00%	1.042	3.414	296	3.119	-	(10)	(10)
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	99,74%	310	-	1.247	(1.247)	-	(7)	(7)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo	99,00%	99	2.605	2.259	347	4.553	247	245
								205

Composição e movimentação dos saldos

	Saldo líquido 31/12/13	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimento no exterior	Transferência	Saldo líquido 31/12/2014
Saldo inicial dos investimentos					
Eberle Agropastoril S.A.	3.118	(12)	-	-	3.106
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	11.566	3.082	89	-	14.737
Monte Magré S.A.	27.426	210	-	-	27.636
Mundial Europa	8	-	-	(8)	-
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	29.731	10.630	-	-	40.361
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	344	(850)	-	506	-
Mundial Inc.	1.492	(331)	389	-	1.550
Saldo de investimento	73.685	12.729	478	498	87.390
Cia Florestal Zvi/Hercules S.A.	(1.244)	632	-	-	(612)
Mundial Europa	-	(84)	76	8	-
Mundial Argentina S.A.	(2.976)	(3.899)	(41)	-	(6.916)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	(85.560)	15.958	(78)	-	(69.680)
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	-	-	(506)	(506)
Mundial Personal Care	(4.180)	(509)	(535)	-	(5.224)
Saldo de provisão para perda em investimento	(93.960)	12.098	(578)	(498)	(82.938)

Composição e movimentação dos saldos

	Saldo líquido 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimento no exterior	Adições e baixas	Saldo líquido 31/12/2013
Saldo inicial dos investimentos					
Eberle Agropastoril S.A.	3.128	(10)	-	-	3.118
Eberle Equipamentos de Processos S.A.	10.865	434	176	91	11.566
Monte Magré S.A.	27.564	(138)	-	-	27.426
Mundial Argentina S.A.	101	-	-	(101)	-
Mundial Europa	7	-	1	-	8
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.	14.050	15.773	-	(92)	29.731
Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda	-	245	-	99	344
Mundial Inc.	1.575	(330)	247	-	1.492
Saldo de investimento	57.290	15.974	424	(3)	73.685
Cia Florestal Zivi/Hercules S.A.	(1.237)	(7)	-	-	(1.244)
Mundial Argentina S.A.	-	(3.229)	152	101	(2.976)
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	(73.984)	(11.747)	171	-	(85.560)
Mundial Personal Care	(2.791)	(786)	(603)	-	(4.180)
Saldo de provisão para perda em investimento	(78.012)	(15.769)	(280)	101	(93.960)

16 Imobilizado

Movimentação do imobilizado controladora 2014

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamentos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total ativo imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	18.378	46.665	20.197	170.309	35.103	7.888	9.454	8.098	316.092
Adições	-	-	-	2	-	5	-	8.772	8.779
Baixas	-	(85)	-	(318)	-	(195)	(5)	(80)	(683)
Transferências	-	-	782	4.300	2.121	148	-	(9.533)	(2.182)
Saldo em 31/12/14	18.378	46.580	20.979	174.293	37.224	7.846	9.449	7.257	322.006
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(12.225)	(9.666)	(104.175)	(28.050)	(6.319)	(8.895)	-	(169.330)
Adições	-	(1.087)	(902)	(6.559)	(690)	(378)	(177)	-	(9.793)
Baixas	-	21	-	64	-	184	5	-	274
Saldo em 31/12/14	-	(13.291)	(10.568)	(110.670)	(28.740)	(6.513)	(9.067)	-	(178.849)
Saldo em 31/12/14	18.378	33.289	10.411	63.623	8.484	1.333	382	7.257	143.157
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	0%

Movimentação do imobilizado controladora 2013

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipament	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total ativo imobilizado
Movimentação do Custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2013	41.926	47.959	19.875	173.515	34.709	7.803	9.465	5.398	340.650
Adições	-	-	-	3.313	394	133	119	6.506	10.465
Baixas	-	-	-	-	-	(48)	(130)	(5)	(183)
Transferências	(23.548)	(1.294)	322	(6.519)	-	-	-	(3.801)	(34.840)
Saldo em 31/12/13	18.378	46.665	20.197	170.309	35.103	7.888	9.454	8.098	316.092
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2013	-	(11.454)	(8.776)	(104.158)	(27.130)	(6.001)	(8.796)	-	(166.315)
Adições	-	(1.090)	(891)	(6.598)	(920)	(366)	(152)	-	(10.017)
Baixas	-	319	1	6.581	-	48	53	-	7.002
Saldo em 31/12/13	-	(12.225)	(9.666)	(104.175)	(28.050)	(6.319)	(8.895)	-	(169.330)
Valor residual em 31/12/13	18.378	34.440	10.531	66.134	7.053	1.569	559	8.098	146.762
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	-

Movimentação do imobilizado consolidado 2014

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamentos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total Ativo Imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2014	19.665	50.999	21.448	179.850	35.836	8.862	10.903	9.683	337.246
Adições	-	-	-	81	-	35	2	10.887	11.005
Baixas	-	(85)	(10)	(450)	-	(200)	(50)	(392)	(1.187)
Transferência	-	-	1.895	4.322	2.121	426	193	(11.331)	(2.374)
Saldo em 31/12/14	19.665	50.914	23.333	183.803	37.957	9.123	11.048	8.847	344.690
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2014		(13.189)	(10.237)	(107.442)	(28.368)	(7.006)	(10.013)	-	(176.255)
Adições	-	(1.220)	(999)	(7.193)	(773)	(430)	(219)	-	(10.834)
Baixas	-	21	127	101	-	238	20	-	507
Saldo em 31/12/14		(14.388)	(11.109)	(114.534)	(29.141)	(7.198)	(10.212)	-	(186.582)
Saldo residual em 31/12/14	19.665	36.526	12.224	69.269	8.816	1.925	836	8.847	158.108
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	-

Movimentação do imobilizado consolidado 2013

	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas equipamentos	Ferramentas	Computadores periféricos	Outros	Imobilizado andamento	Total Ativo Imobilizado
Movimentação do custo									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	44.262	52.320	20.996	182.293	35.089	8.664	9.211	12.054	364.889
Adições	-	-	-	3.932	747	404	119	5.029	10.231
Baixas	-	-	-	(6)	-	(206)	(1.132)	-	(1.344)
Transferências	(24.597)	(1.321)	452	(6.369)	-	-	2.705	(7.400)	(36.530)
Saldo em 31/12/13	19.665	50.999	21.448	179.850	35.836	8.862	10.903	9.683	337.246
Movimentação da depreciação									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	(12.336)	(9.147)	(106.799)	(27.384)	(6.548)	(9.944)	-	(172.158)
Adições	-	(964)	(962)	(7.180)	(984)	(464)	(390)	-	(10.944)
Baixas	-	-	(129)	-	-	6	321	-	198
Transferências	-	111	1	6.537	-	-	-	-	6.649
Saldo em 31/12/13		(13.189)	(10.237)	(107.442)	(28.368)	(7.006)	(10.013)	-	(176.255)
Saldo residual em 31/12/13	19.665	37.810	11.211	72.408	7.468	1.856	890	9.683	160.991
Taxa de deprec. média	0%	2%	4%	6%	8%	15%	10%	0%	-

17 Intangível

Movimentação do intangível em 2014:

	Controladora				Consolidado			
	Marcas e Patentes	Software	Outros	Total Ativo Intangível	Marcas e Patentes	Software	Outros	Total Ativo Intangível
Movimentação do custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	24.582	14.669	19	39.270	24.872	17.279	98	42.249
Adições	48	-	-	48	64	3	-	67
Baixas	(12)	-	-	(12)	(12)	-	-	(12)
Transferência	3	2.179	-	2.182	12	2.362	-	2.374
Saldos em 31/12/14	24.621	16.848	19	41.488	24.936	19.644	98	44.678
Movimentação da amortização								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	-	(5.062)	-	(5.062)	-	(5.115)	-	(5.115)
Adições	-	(932)	-	(932)	-	(947)	-	(947)
Saldos em 31/12/14	-	(5.994)	-	(5.994)	-	(6.062)	-	(6.062)
Saldo residual em 31/12/14	24.621	10.854	19	35.494	24.936	13.582	98	38.616
Taxa de amortização	20%				20%			

Movimentação do intangível em 2013:

	Controladora				Consolidado			
	Marcas e Patentes	Software	Outros	Total Ativo Intangível	Marcas e Patentes	Software	Outros	Total Ativo Intangível
Movimentação do custo								
Saldo em 01 de janeiro de 2013	24.541	14.621	19	39.181	24.872	14.621	19	39.512
Adições	41	48	-	89	-	2.658	79	2.737
Saldos em 31/12/13	24.582	14.669	19	39.270	24.872	17.279	98	42.249
Movimentação da amortização								
Saldo em 01 de janeiro de 2013	-	(4.137)	-	(4.137)	-	(4.179)	-	(4.179)
Adições	-	(925)	-	(925)	-	(936)	-	(936)
Saldos em 31/12/13	-	(5.062)	-	(5.062)	-	(5.115)	-	(5.115)
Saldo residual em 31/12/13	24.582	9.607	19	34.208	24.872	12.164	98	37.134
Taxa de amortização	20%				20%			

Em marcas e patentes está registrado, basicamente, o valor de aquisição da marca Impala, no ano de 2008.

O valor registrado no intangível em 31 de dezembro de 2014 de R\$10.854 na controladora e R\$13.582 no consolidado corresponde a gastos na implantação do Software e licenças de uso.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados das seguintes empresas:

Alíquota	31/12/14		31/12/13	
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Prejuízo fiscal	Base negativa
	25%	9%	25%	9%
Eberle Equipamentos e Processos S.A.	1	-	1.915	693
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	5.715	2.057	15.949	5.681
Companhia Florestal Zivi-Hercules	2	1	526	148
Eberle Agropastoril S.A.	14	5	9	3
Monte Magré S.A.	43	15	45	125
Eberle Bellini S.A.	36	13	52	19
	5.811	2.091	18.496	6.669

Estes valores serão reconhecidos à medida que sua realização se torne provável em exercícios futuros.

(b) A Companhia registrou ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), para refletir efeitos fiscais futuros, atribuídos a prejuízos fiscais e base negativa acumulados na controladora e diferenças temporárias na controladora e nas controladas Monte Magré S/A, Eberle Equipamento e Processos e Eberle Agropastoril S/A. A composição dos tributos diferidos ativos e passivos por natureza apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adições temporárias	1.503	1.341	4.338	2.065
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	12.404	2.870	12.404	4.155
Exclusões temporárias	(42.353)	(58.587)	(51.180)	(68.113)
	(28.446)	(54.376)	(34.438)	(61.893)
Ativo	13.907	4.211	16.742	6.220
Passivo	(42.353)	(58.587)	(51.180)	(68.113)
	(28.446)	(54.376)	(34.438)	(61.893)

Movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos por natureza apresenta-se como segue:

Controladora Movimentação do ativo e passivo diferido	Saldo em 31/12/13	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/14
Adições temporárias	1.341	162	1.503
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	2.870	9.534	12.404
Exclusões temporárias	(58.587)	16.234	(42.353)
	(54.376)	25.930	(28.446)

Consolidado Movimentação do ativo e passivo diferido	Saldo em 31/12/13	Reconhecimento no resultado	Reconheci mento no patriminio líquido	Saldo em 31/12/14
Adições temporárias	2.065	2.273	-	4.338
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.155	8.249	-	12.404
Exclusões temporárias	(68.113)	17.105	(172)	(51.180)
	(61.893)	27.627	(172)	(34.438)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.841)	5.113	(53.344)	5.933
Equivalência patrimonial	(24.827)	(1.609)	-	-
Resultado negativo da controladora e suas controladas	-	-	66.638	12.018
Outras adições e exclusões permanentes líquidas, efeitos parcelamento Lei 12.996	40.144	-	(8.030)	-
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	6.090	2.765	3.232	(2.313)
Compensação de prejuízo fiscal	-	(814)	-	(814)
Base de cálculo	(33.434)	5.455	8.496	14.824
Imposto de renda 15%		(818)	(1.274)	(2.224)
Contribuição social 9%	-	(491)	(765)	(1.334)
Adicional de 10%	-	(523)	(827)	(1.463)
Total	-	(1.832)	(2.866)	(5.021)
Outros	-	-	(139)	-
Total	-	(1.832)	(3.005)	(5.021)

19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

		Controladora		
Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva	31/12/14	31/12/13
		%		
Capital de giro - CCB	CDI + 0,68% a.m.	1,60	29.617	37.961
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a.	1,25	-	4.727
Capital de giro - conta garantida	CDI + 0,90% a.m.	1,82	1.147	17.037
Capital de giro - CCE-NCE	CDI + 0,81% a.m.	1,73	47.722	43.011
Carta fiança	0,17% a.m.	0,17	841	796
CCB - cheque empresa	CDI + 1,26% a.m.	2,18	-	5
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,59% a.m.	8,96	3.849	7.217
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,66% a.m.	9,03	2.116	1.873
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,66% a.m.	1,58	40.362	27.388
Arrendamento mercantil	1,35% a.m.	1,35	4.474	3.192
			130.128	143.207
Passivo circulante			121.882	140.291
Passivo não circulante			8.246	2.916
			130.128	143.207

		Consolidado		
Modalidade	Taxa contrato	Taxa efetiva	31/12/14	31/12/13
		%		
Capital de giro - CCB	CDI + 0,68% a.m.	1,60	33.026	42.338
Capital de giro em moeda estrangeira	VC + 11% a.a. *	1,25	-	4.727
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,90% a.m.	1,82	5.131	24.656
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,81% a.m.	1,73	47.722	43.011
CCB - Cheque empresa	CDI + 1,26% a.m.	2,18	-	5
Fiança	0,17% a.m.	0,17	841	796
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,59% a.m. *	8,96	3.849	7.217
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,66% a.m. *	9,03	2.116	2.846
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,66% a.m.	1,58	40.362	27.388
Arrendamento mercantil financeiro	1,35% a.m.	1,35	5.258	3.951
Finame	TJLP + 0,37% a.m.	0,37	23	113
			138.328	157.048
Passivo circulante			129.772	153.743
Passivo não circulante			8.556	3.305
			138.328	157.048

* O percentual da variação cambial do exercício foi de 2014 foi de 29,98%.

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 59 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,68% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 4 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,90% a.m.

Os empréstimo de capital de giro - CCE-NCE estão garantidos por duplicatas, CDB's e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 24 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,81% a.m.

Os contratos de prestação de fiança estão garantidos por CDB's e aval. Estas fianças tem prazo de até 2 meses foram negociados em um taxa média de 0,17% a.m.

Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos por duplicatas mercado interno e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 6 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,59% a.m.

Os adiantamentos de câmbio-ACE estão garantidos por cambiais Mercado xterno CDB e aval. Estes financiamentos tem prazo de até 4 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,66% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por notas promissórias , aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,66% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 33 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,35% a.m.

Operações nas controladas:

Eberle Equipamentos e Processos S.A

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Estes financiamentos tem o prazo de até 5 meses e foram negociados em uma taxa de TJLP + taxa média de 0,37% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do CDI.

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 17 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,32% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 6 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de 5% a.m. do CDI.

Os títulos de capitalização estão garantindo operações de empréstimos. Esses títulos tem o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de rendimento de TR.

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda

Os empréstimo de capital de giro - Conta Garantida estão garantidos por duplicatas e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 3 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,94% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 27 meses e foram negociados a uma taxa média de 1,45% a.m.

As aplicações em CDB estão garantindo operações de empréstimos. Essas aplicações tem o prazo de até 12 meses e foram negociados em uma taxa média de 10% a.m. do CDI.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	7.072	7.332
2017	854	904
2017 em diante	<u>320</u>	<u>320</u>
	<u>8.246</u>	<u>8.556</u>

20 Impostos e contribuições sociais

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 300 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em duplicidade perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 41.039, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

A Companhia aderiu em 25 de agosto de 2014 ao parcelamento federal instituído pela Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros com Prejuízos Fiscais e Base Negativa e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos (até 180 meses).

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas e coligadas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida posteriormente na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou Prejuízos Fiscais e Base Negativa para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30% (trinta por cento), será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

Composição do passivo tributário:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
REFIS (k)	80.418	80.418	80.418	80.418
Parcelamento Lei 11.941 (a)	55.263	178.058	59.057	188.112
Parcelamento Lei 12.996 (b)	87.991	-	143.576	-
PAES (FNDE) (c)	5.160	4.413	5.160	5.038
AJUSTAR - ICMS (d)	36.445	29.735	42.022	29.735
Parcelamento de ICMS Ordinário e Em Dia (e)	8.392	14.660	5.439	15.540
Parcelamento de FGTS (f)	8.098	4.008	9.464	4.293
Outros parcelamentos (g)	5.240	5.160	5.542	4.301
Parcelamento de IPI	-	-	-	12.246
Parcelamento de INSS	-	-	-	3.771
PIS (h)	13.300	13.217	14.959	15.480
COFINS (h)	61.123	61.656	69.824	72.420
IPI (h)	2.658	19.380	7.670	37.799
INSS (h)	21.112	49.251	21.112	52.538
IRPJ (h)	375	347	375	347
CSLL (h)	137	126	137	126
Impostos e contribuições (i)	57.810	85.924	96.177	142.258
Depósitos judiciais (j)	(12.850)	(64.892)	(12.850)	(64.892)
	430.672	481.461	548.082	599.530
	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Passivo circulante	85.583	104.343	130.255	164.580
Contribuições sociais	38.301	56.831	46.240	70.001
Obrigações fiscais federais	30.319	35.375	55.050	75.896
Obrigações fiscais estaduais	15.511	11.000	27.284	17.223
Obrigações fiscais municipais	1.452	1.137	1.681	1.460
Passivo não circulante	345.089	377.118	417.827	434.950
Contribuições sociais	32.422	54.519	33.684	56.937
Obrigações fiscais federais	278.931	283.280	349.725	337.148
Obrigações fiscais estaduais	33.433	38.817	33.887	40.363
Obrigações fiscais municipais	303	502	531	502
	430.672	481.461	548.082	599.530

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

	Controladora	Consolidado
2015	23.412	33.066
2016	21.777	29.442
2017 em diante	161.400	207.752
Total	206.589	270.260
REFIS, PIS, COFINS, IPI E INSS e impostos e contribuições	224.083	277.822
	430.672	548.082

(a) Parcelamento Lei 11.941/09 – Parcelamento Federal

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Essa opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 76.051, na controladora, reconhecida na rubrica “outras despesas e receitas operacionais”, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa, até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a Companhia formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, o que a levou a iniciar um trabalho específico de revisão para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação.

Em 06 de outubro de 2014 a Companhia, suas controladas e coligadas, aderiram aos termos da Medida Provisória nº. 651, de 09 de julho de 2014 (convertida na Lei 13.043/2014), com previsão de quitação de passivo tributário federal parcelado, inclusive com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para abatimento de principal, multas e juros.

Nesta esteira, a Companhia, em dezembro de 2014, optou pelo reconhecimento de todo o passivo tributário federal parcelado na Lei 11.941/2009, indicando tais débitos nos termos da MP nº. 651 (Lei 13.043/2014), exceto no que diz respeito aos débitos oriundos da revisão do passivo tributário conforme mencionado acima. Ainda, importante referir que o êxito atrelado à extinção de tais débitos, dentro do projeto de revisão, é considerado provável pelos consultores responsáveis.

Seguindo as premissas estabelecidas pelo artigo 33 e seguintes da Lei nº. 13.043/2014, a Companhia indicou Prejuízos Fiscais e Base Negativa para quitação de 70% (setenta por cento) do passivo tributário federal consolidado no parcelamento da Lei 11.941/2009. O saldo, de 30% (trinta por cento), será pago em espécie e de forma parcelada.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução e/ou quitação do passivo tributário federal.

A Companhia aguarda neste momento a divulgação do cronograma da Secretaria da Receita Federal do Brasil a respeito da consolidação dos débitos no parcelamento federal.

Pela adesão ao parcelamento, as dívidas tributárias foram incluídas conforme tabela abaixo que também demonstra o saldo residual das modalidades incluídas no parcelamento, em 31 de dezembro de 2014:

Parcelamento 11.941/ 13.043	Controladora				Consolidado			
	Saldo antes da adesão a Lei 13.043	Prejuízos fiscais e base negativa utilizados	Atualização	Total 31/12/14	Saldo antes da adesão a Lei 13.043	Prejuízos fiscais e base negativa utilizados	Atualização	Total 31/12/14
Parc. Art. 1º - Previdenciário-RFB	1.603	1.122	20	501	3.311	2.318	42	1.035
Parc. Art. 1º - Demais Débitos-RFB	53.808	37.666	323	16.466	63.636	44.545	448	19.539
Parc. Art. 2º - Aproveitamento de IPI-RFB	72.554	50.788	436	22.202	72.554	50.788	436	22.202
Parc. Art. 3º - Demais Débitos-RFB	22.336	15.635	134	6.835	22.484	15.700	136	6.920
Parc. Art. 1º - Previdenciário-PGFN	11.282	7.898	68	3.452	11.611	8.127	72	3.556
Parc. Art. 1º - Demais Débitos-PGFN	1.836	1.285	11	562	1.836	1.285	11	562
Parc. Art. 2º - Aproveitamento de IPI-PGFI	17.139	11.997	103	5.244	17.139	11.997	103	5.245
Montante parc. pela adesão - Saldo em 31/12/14	180.558	126.391	1.095	55.262	192.571	134.760	1.248	59.059

O montante total da adesão de R\$55.263 será pago em dinheiro e o restante do valor R\$126.391 foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais e base negativa próprio no montante de R\$35.114 recebido por transferência das empresas controladoras e coligadas no valor de total de R\$ 91.277.

(b) Parcelamento Lei 12.996/2014 – Parcelamento Federal

Com a aprovação da Administração da Companhia em 25 de agosto de 2014 foi aprovado a adesão ao programa de parcelamento de débitos federais conforme Lei nº. 12.996/2014 (reabertura do parcelamento da Lei 11.941/2009), que possibilitou a inclusão de todos os débitos federais vencidos até 31 de dezembro de 2013, nos termos e condições da Lei 11.941/2009.

Na etapa seguinte, em dezembro de 2014, a Companhia ultimou as providências atreladas à contabilização do passivo tributário federal enquadrável no parcelamento da Lei 12.996/2014 (vencimento até dezembro de 2013), abatendo multas e juros e encargos e utilizando Prejuízos Fiscais e Base Negativa e indicando o número de parcelas desejado para cada um dos módulos previstos em até 180 parcelas atualizadas pela taxa SELIC.

Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente e parcelado nas Leis 12.996/2014 e 13.043/2014, continua sendo objeto do trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais, de modo que, a qualquer momento, os resultados deste projeto de revisão poderão ocasionar na redução do passivo tributário federal.

Importante destacar que a Companhia aguarda neste momento a divulgação da Secretaria da Receita Federal do Brasil a consolidação dos débitos incluídos no parcelamento referido parcelamento.

Pela adesão ao parcelamento, as dívidas tributárias foram incluídas conforme tabela abaixo que também demonstra o saldo residual das modalidades incluídas no parcelamento, em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora					Consolidado				
	Demais Débitos no Âmbito da RFB	Demais Débitos no Âmbito da PGFN	Débitos Previdenciários no Âmbito da RFB	Débitos Previdenciários no Âmbito da PGFN	Total 31/12/14	Demais Débitos no Âmbito da RFB	Demais Débitos no Âmbito da PGFN	Débitos Previdenciários no Âmbito da RFB	Débitos Previdenciários no Âmbito da PGFN	Total 31/12/14
Parcelamento 12.996										
Montante incluídos no Parcelamento	20.553	74.741	2.266	90.927	188.487	36.527	136.077	3.176	109.950	285.730
Redução por desconto	(2.383)	(21.054)	(268)	(23.413)	(47.118)	(4.172)	(37.656)	(365)	(28.515)	(70.707)
Total	18.170	53.687	1.998	67.514	141.369	32.355	98.421	2.811	81.435	215.023
Prejuízos fiscais e base negativa utilizados	(2.862)	(16.349)	(341)	(16.947)	(36.499)	(3.669)	(24.059)	(342)	(19.448)	(47.518)
Redução por pagamento em dinheiro	(175)	(114)	(3)	(155)	(446)	(368)	(301)	(4)	(292)	(965)
Depósitos legais utilizados	(2.887)	(7.353)	(163)	(9.959)	(20.362)	(4.044)	(14.112)	(203)	(11.401)	(29.759)
Atualização	575	1.395	70	1.890	3.930	1.208	3.053	107	2.427	6.796
	12.821	31.266	1.561	42.343	87.992	25.482	63.002	2.369	52.721	143.577

A adesão ao parcelamento lei 12.996/2014 e 11.941/2009 teve efeitos no resultado da controladora e no consolidado, referentes ao reconhecimento de passivos fiscais anteriormente não reconhecidos de multa, juros, encargos legais, ativação de créditos fiscal e redução por descontos concedidos, conforme demonstrado abaixo.

Movimentação do resultado

	Controladora	Consolidado
Impostos reconhecidos	(87.724)	(101.121)
Redução por desconto	47.118	70.707
Ativação prejuízo fiscal e base negativa	51.138	75.633
Provisão de juros sobre o passivo tributário	(4.925)	(7.923)
Efeito no resultado	5.607	37.296

(c) PAES – Parcelamento Especial

Em julho de 2003, conforme Lei nº 10.684/02, a Companhia aderiu ao PAES, com a inclusão de impostos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com atualização mensal pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Atualmente, a parcela mensal é de R\$ 129.

(d) AJUSTAR – Parcelamento ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 59.237 e o pagamento do saldo restante em 120 parcelas, atualizadas pela SELIC.

Em dezembro de 2010, a Mundial adjudicou junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul um imóvel avaliado em R\$ 30.060, gerando redução da dívida.

Atualmente, o valor consolidado do parcelamento AJUSTAR é de R\$ 36.445, o qual vem sendo pago em parcelas mensais e consecutivas. O valor do pagamento mensal é de R\$ 435.

(e) Parcelamento – ICMS

d.1) Em 29 de novembro de 2013, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (EM DIA 2013) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 1.013 e o pagamento do saldo restante em 60 parcelas, atualizadas pela SELIC.

Atualmente, o valor consolidado do parcelamento EM DIA 2013 é de R\$ 8.392, o qual vem sendo pago em parcelas mensais e consecutivas. O valor do pagamento mensal é de R\$ 192.

d.2) A Companhia possui parcelamentos no montante de R\$ 2.815, junto à Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul, com atualizações mensais pela SELIC. O valor do pagamento mensal é de R\$ 270.

A controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. possui junto a PGE – Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, parcelamentos no montante de R\$ 656, com parcelas pré-fixadas no ato da adesão ao parcelamento, atualizadas pela SELIC. O valor total pago mensalmente é aproximadamente R\$ 17.

(f) Parcelamento de FGTS

A Mundial possuía saldo contábil, relativo a parcelamento de FGTS junto à Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 4.008 em 31 de dezembro de 2013. O Termo de Confissão de Dívida junto à Caixa Econômica Federal, assinado pela Companhia em dezembro de 2011.

Em 11 de fevereiro de 2014 a Mundial realizou um aditamento para inclusão de outros débitos de FGTS, no montante de R\$ 4.090, de modo que o saldo contábil total em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 8.098.

A Mundial S.A. constatou, na assinatura do compromisso de pagamento do referido parcelamento em outubro de 2009, uma divergência no montante de R\$ 12.205 entre a posição informada pela Caixa Econômica Federal e o saldo mantido pela Mundial, que na data apurou a dívida num montante de R\$ 16.941, a ser pago em 72 parcelas.

A Mundial S.A. protocolou revisão administrativa junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no intuito de verificar duplicidades identificadas nos débitos incluídos no parcelamento de FGTS realizada pela Caixa Econômica Federal (CEF). Essa revisão visa verificar e corrigir as discrepâncias e determinar o saldo efetivamente devido junto ao parcelamento do FGTS. O pedido de revisão do débito foi formalizado perante a Subdelegacia do Trabalho e Emprego – Caxias do Sul. O Ministério do Trabalho reconheceu a existência de duplicidade de valores parcelados, por amostragem.

Adicionalmente, a Mundial S.A. protocolou ação judicial ordinária, com pedido de antecipação de tutela contra a Caixa Econômica Federal, para evitar a exclusão do parcelamento do FGTS, tendo em vista que a cláusula oitava do Termo de Parcelamento prevê a exclusão do referido parcelamento em caso de inadimplemento de três prestações. A ação judicial visa, ainda, o depósito em juízo das parcelas vencidas e vincendas, objetivando a suspensão da exigibilidade da dívida.

Em 10 de agosto de 2011 foi proferida decisão na ação judicial antecipando a tutela requerida pela Mundial S.A. para que a CEF se abstenha de excluí-la do parcelamento. A Mundial continua no aguardo da devida correção por parte do órgão competente.

Desde então, a Mundial realizou os depósitos judiciais das parcelas de acordo com os termos da decisão.

Tendo em vista a existência de saldo devedor não incluído no parcelamento, no valor de R\$ 5.507, a Mundial consolidou novo saldo devedor mediante realização de novo acordo de parcelamento. Os valores depositados na conta judicial foram utilizados para quitar as 10 primeiras parcelas deste novo parcelamento, até outubro de 2012.

A revisão administrativa perante o MTE continua em andamento visando a adequação da dívida parcelada, bem como a ação judicial que obteve o provimento para exigir o cumprimento da revisão administrativa continua ativa de modo a preservar os interesses da Mundial.

(g) Outros Parcelamentos

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que a Mundial possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 407 e ISS com a Prefeitura

Municipal de Gravataí no montante de R\$ 108, com pagamentos mensais de R\$ 12 e parcelamento junto ao Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no montante de R\$ 4.725, com parcelas mensais de R\$ 32.

(h) INSS, IPI, PIS, COFINS IRPJ e CSLL

Referem-se a compensações efetuadas junto à Secretária da Receita Federal – SRF, pendentes de homologação.

(i) Impostos e contribuições

O saldo é composto principalmente por impostos e contribuições.

(j) Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 12.850, atualizado, corresponde à venda de terrenos e prédios, através de alienação judicial mediante acordo entre a Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para quitação de tributos federais. Os depósitos judiciais iniciaram em 10 de fevereiro de 2012 e encerraram em 04 de dezembro de 2012 os recursos estão em conta judicial vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional. A Companhia e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional estão em tratativas para definição de quais impostos federais serão amortizados com recursos objeto da alienação

(k) Tributos e contribuições sociais – programa de recuperação fiscal (REFIS)

A Mundial aderiu ao programa em dezembro de 1999, tendo declarado todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida e posteriormente normatizadas pela Resolução nº 004 da SRF, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no parcelamento REFIS, a Mundial passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na estimativa de crescimento do faturamento deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante de R\$ 80.418 (R\$ 3.879 no passivo circulante e R\$ 76.539 no passivo não circulante). A administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente a parcela mensal é de aproximadamente R\$ 425.

O programa estabeleceu ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Mundial do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita e ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC), recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de dezembro de 2014, esta eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 930.954, sendo necessário reconhecer passivo adicional de cerca de R\$ 854.415 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 76.539.

A Companhia está em negociação com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Brasil com o objetivo de aplicar parte do valor que possui como depósito judicial para amortização da dívida do REFIS.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº 346, demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa aos valores nominais, que consideram os saldos da Mundial S.A. e da Zivi S.A. (incorporada pela Mundial):

	Principal	Juros e multa	Créditos fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/12/14
PIS	9.090	6.301	(5.014)	10.377	11.399	(1.766)	20.010
COFINS	39.438	30.509	(23.891)	46.056	50.594	(7.836)	88.814
IPi	34.907	32.548	(18.730)	48.725	53.526	(8.291)	93.960
IRRF	4.443	3.713	(325)	7.831	8.603	(1.332)	15.102
CSL	33.075	839	(707)	33.207	36.479	(5.650)	64.036
IRPJ	69.841	1.845	(1.845)	69.841	76.723	(11.883)	134.681
INSS	85.556	63.140	(20.807)	127.889	140.490	(21.760)	246.619
	276.350	138.895	(71.319)	343.926	377.814	(58.518)	663.222

Para os tributos e contribuições existentes, foram dados em garantia edificações, terrenos, máquinas, equipamentos e imóveis de empresas controladas.

Por conta de decisão judicial favorável, a Mundial encontra-se com status ativo no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa.

21 Provisão para contingências

A Mundial e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos na análise das demandas judiciais pendentes com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Provisões trabalhistas e cíveis	3.485	3.269	4.651	3.627
	3.485	3.269	4.651	3.627
Depósitos judiciais	(1.900)	(2.587)	(1.900)	(2.587)
	1.585	682	2.751	1.040

Existem outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montante apresentados no quadro abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Causas cíveis	11.050	12.554	11.104	12.575
Causas trabalhistas	4.778	5.378	5.473	5.453
Causas tributárias	16.850	17.598	50.116	73.633
	<u>32.678</u>	<u>35.530</u>	<u>66.693</u>	<u>91.661</u>

22 Patrimônio líquido

Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2013 foi aprovado o grupamento das ações ordinárias da Companhia na proporção de 120 por 1, alterando a quantidade das ações de 297.631.213 para 2.480.260, com base no artigo 12 da lei 6.404/76, no artigo 1º, inciso XI da instrução CVM 323/2000 e na Instrução CVM 358/02.

O capital social de R\$ 43.794. ficou dividido em 2.480.260 ações ordinárias nominativas escriturárias e sem valor nominal a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 181.740.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de reavaliação é de R\$ 41.661 e R\$ 42.672 em 31 de dezembro de 2013 líquido das depreciações acumuladas e dos efeitos tributários na controladora e consolidado.

A movimentação da reavaliação que compõe o custo corrigido do imobilizado é registrada em contrapartida no patrimônio líquido da Mundial S.A. e suas controladas, está abaixo apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2003	2007	2003
Valor de mercado	135.342	180.957	179.830	219.448
Custo original, líquido de depreciação	(86.940)	(28.953)	(114.706)	(40.022)
Reavaliação	48.402	152.004	65.124	179.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.457)	(51.681)	(22.142)	(61.005)
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	31.945	100.323	42.982	118.421
Movimentação da reserva de reavaliação:	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Valor de mercado	316.299	316.299	399.278	399.278
Custo original, líquido de depreciação	(115.893)	(115.893)	(154.728)	(154.728)
Reavaliação	200.406	200.406	244.550	244.550
Depreciação	(67.745)	(66.316)	(73.386)	(71.849)
Baixa ativo imobilizado	(34.352)	(34.352)	(55.368)	(55.268)
Estorno reserva de reavaliação	(43.173)	(43.173)	(52.766)	(52.866)
Saldo reavaliação	55.136	56.565	63.030	64.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(68.138)	(68.138)	(83.147)	(71.024)
Depreciação	23.036	22.606	24.954	23.505
Baixa ativo imobilizado	11.679	11.679	18.825	12.453
Estorno reserva de reavaliação	14.737	14.679	17.999	13.171
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.686)	(19.174)	(21.369)	(21.895)
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	36.450	37.391	41.661	42.672
Reavaliação reflexa	5.211	5.281		
Reavaliação líquida dos efeitos tributários	41.661	42.672		

Reserva de lucros

Constituída com o saldo remanescente do lucro líquido acumulado após as destinações para reserva legal e distribuição de dividendos.

Ajustes acumulados de conversão

Os saldos referem-se às diferenças de moedas estrangeiras decorrentes da conversão das informações contábeis geradas no exterior.

23 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Mundial S.A. no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2013 conforme o quadro abaixo:

	Controladora	
	31/12/14	31/12/13
Resultado do exercício	(28.911)	4.605
Ações ordinárias	2.479.480	2.479.479
Resultado por ação ordinária	(11,6603)	1,8572

Em 31 de dezembro de 2014, a Mundial S.A. apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Mundial S.A. e suas controladas registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. Os instrumentos financeiros são contratados através de uma política de gerenciamentos de riscos relacionados a redução da exposição em moeda estrangeira e taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas em relação aos valores de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
Mantidos até o vencimento	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Aplicação financeira	525	4.309	5.135	7.560
Títulos de capitalização	1.218	630	1.233	644
Empréstimos e recebíveis	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Clientes	61.396	62.029	112.556	134.539
Partes relacionadas	35.462	60.442	2.966	21.799
Debêntures a receber	304.638	389.007	304.638	389.007
Títulos a receber	18.437	75.267	18.606	75.269
Outros créditos	70.697	13.500	78.599	16.066

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Mantidos até o vencimento	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Empréstimos, financiamentos e debêntures	130.128	149.280	138.328	163.121
Fornecedores	28.234	30.625	36.004	40.147
Partes relacionadas	62.338	42.413	40	-

Em 31 de dezembro de 2014, a Mundial S.A. e suas controladas mantém aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos até o vencimento, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	31/12/14		31/12/13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	973	973	4.835	4.835
Clientes	61.396	61.396	62.029	62.029
Partes relacionadas	35.462	35.462	60.422	60.422
Debêntures a receber	304.638	304.638	389.007	389.007
Títulos a receber	18.606	18.606	75.267	75.267
Outros créditos	70.697	70.697	13.500	13.500
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	130.128	130.128	149.280	149.280
Fornecedores	28.234	28.234	30.625	30.625
Partes relacionadas	62.338	62.338	42.413	42.413

Consolidado	31/12/14		31/12/13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	10.352	10.352	11.349	11.349
Clientes	112.556	112.556	134.539	134.539
Partes relacionadas	2.966	2.966	21.799	21.799
Debêntures a receber	304.638	304.638	389.007	389.007
Títulos a receber	18.436	18.436	75.269	75.269
Outros créditos	78.599	78.599	16.066	16.066
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	138.328	138.328	157.048	157.048
Fornecedores	36.004	36.004	40.147	40.147

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e financiamentos possuem taxas de juros pré e pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado, dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

d. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia e suas controladas, exportam e importam predominantemente em dólar norte-americano, gerencia e monitora a exposição cambial procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

O endividamento e o resultado das operações são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. A exposição líquida pode ser assim demonstrada:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adiantamento de câmbio	(5.965)	(9.090)	(5.965)	(9.090)
Empréstimo	(3.161)	(4.727)	(3.161)	(4.727)
Fornecedor	(481)	(241)	(2.828)	(624)
Passivo vinculado ao US\$	(9.607)	(14.058)	(11.954)	(14.441)
Clientes	21.693	16.987	4.318	5.326
Mútuo	5.911	4.700	-	-
Ativo vinculado ao US\$	27.604	21.687	4.318	5.326
Exposição líquida	17.997	7.629	(7.636)	(9.115)

Abaixo estão demonstradas as taxas de câmbio aplicadas em 2014 e 2013:

	31/12/14	31/12/13
US\$	2,6556	2,3420

Análise de sensibilidade:

Uma retração ou fortalecimento do Real contra o Dólar aumentaria o patrimônio e o resultado da Companhia, conforme demonstrado abaixo. Esta análise é baseada nas variações que a Mundial S.A. e suas controladas considera razoável para a taxa de câmbio no exercício.

	Controladora		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Alteração no patrimônio líquido				
R\$/US\$ (25%) - redução	(4.499)	(3.089)	(1.909)	(1.097)
R\$/US\$ (50%) - redução	(8.052)	(6.178)	(3.818)	(2.194)
R\$/US\$ 25% - aumento	4.499	3.089	1.909	1.097
R\$/US\$ 50% - aumento	8.999	6.178	3.818	2.194
	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
R\$/US\$ (25%) - redução	(4.499)	(3.089)	(1.909)	(1.097)
R\$/US\$ (50%) - redução	(8.999)	(6.178)	(3.818)	(2.194)
R\$/US\$ 25% - aumento	4.499	3.089	1.909	1.097
R\$/US\$ 50% - aumento	8.999	6.178	3.818	2.194

ii. Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Mundial S.A. e suas controladas a riscos de crédito referem-se às disponibilidades, às contas a receber e títulos a receber. Todas as operações da Mundial S.A e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	973	4.835	10.352	11.349
Contas a receber de clientes	61.396	62.029	112.556	134.539
Mútuos a receber	35.402	60.442	2.966	21.799
Títulos a receber	18.437	75.267	18.606	75.269
	116.208	202.573	144.480	242.956

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes entre mercado interno e externo está distribuído a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Conta a receber de clientes				
Mercado interno	39.497	45.042	108.186	129.112
Mercado externo	21.899	16.987	4.370	5.427
	61.396	62.029	112.556	134.539

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor.

iii. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Mundial e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Mundial mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Mundial eram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Intrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	67.501	75.016	68.308	80.416
	67.501	75.016	68.308	80.416
Intrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	1.743	4.939	2.791	6.986
Passivos financeiros	64.523	74.264	68.507	82.705
	66.266	79.203	71.298	89.691

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Mundial S.A. e suas controladas contabilizam todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das informações contábeis, teria aumentado (reduzido) o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

A análise é conduzida com a mesma base para 2013.

Controladora				
Instrumentos de taxa variável	31/12/14	31/12/13		
Passivos financeiros	64.523	79.203		
	Receita sobre índice 31/12/14	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	11,57%	11,57%	8,68%	14,46%
Projeção sobre passivo financeiro	-	7.465	5.601	9.330

Consolidado				
Instrumentos de taxa variável	31/12/14	31/12/13		
Passivos Financeiros	68.308	89.691		
	Receita sobre índice 31/12/14	Taxa provável	Redução de 25%	Aumento de 25%
Passivos financeiros sujeitos a variação CDI	11,57%	11,57%	8,68%	14,46%
Projeção sobre passivo financeiro	-	7.926	5.946	9.906

iv. Risco de moeda com variações cambiais - Passivo vinculado ao US\$

Os empréstimos e financiamentos têm negociação ativa e as taxas de juros são pré-fixadas, como a operação de capital de giro atrelada ao dólar e estão consistentes com as praticadas no mercado.

As operações em dólar de capital de giro da controladora estão passíveis a variação cambial visto que não estão atreladas a nenhum tipo de derivativo e estão negociadas no curto prazo. Dessa forma, para todas as operações os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

25 Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	307.859	335.740	494.767	524.230
Mercado externo	24.514	26.707	15.848	15.130
Impostos devoluções e abatimentos	(74.402)	(80.966)	(126.761)	(125.329)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(3.801)	(4.333)	(3.801)	(4.333)
Receita operacional líquida	254.170	277.148	380.053	409.698

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(206.131)	(211.729)	(254.293)	(265.856)
Despesas com vendas	(39.178)	(41.335)	(78.703)	(74.814)
Despesas administrativas e gerais	(16.429)	(16.589)	(34.562)	(28.924)
Honorários da administração	(2.746)	(2.628)	(2.746)	(2.628)
	(264.484)	(272.281)	(370.304)	(372.222)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(10.753)	(1.130)	(11.764)	(12.073)
Despesas com pessoal	(100.855)	(99.871)	(129.257)	(124.126)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(105.529)	(111.000)	(142.371)	(153.121)
Fretes	(6.112)	(6.221)	(12.581)	(13.464)
Energia elétrica	(4.643)	(5.131)	(4.868)	(5.399)
Comissões	(10.585)	(12.336)	(18.598)	(15.814)
Conservação e manutenção	(5.743)	(5.815)	(6.653)	(6.541)
Aluguéis	(36)	83	(5.299)	(3.134)
Outras despesas	(20.228)	(30.860)	(38.913)	(38.550)
	(264.484)	(272.281)	(370.304)	(372.222)

27 Outras receitas / despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Outras receitas operacionais				
Ganho com alienação de imobilizado	-	(205)	65	(209)
Receita de aluguel	992	789	1.152	973
Outras receitas operacionais	228	2.321	368	6.089
	1.220	2.905	1.585	6.853
Outras despesas operacionais				
Perda com alienação de imobilizado	(211)	-	(211)	-
Outras despesas operacionais	(1.750)	(1.801)	(3.009)	(2.164)
	(1.961)	(1.801)	(3.220)	(2.164)
Total de outras receitas / despesas operacionais	(741)	1.104	(1.635)	4.689

28 Resultado financeiro

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receitas financeiras				
Receitas financeiras com partes relacionadas e outras (a)	-	40.746	36	40.813
Repactuação de debêntures	-	415	-	415
	-	41.161	36	41.228
Despesas financeiras				
Juros incorridos sob debêntures	-	(872)	-	(872)
Juros venda do imobilizado	-	10.437	-	10.437
Despesas de giro (empréstimos e financiamentos)	(31.283)	(26.590)	(43.427)	(45.089)
	(31.283)	(17.025)	(43.427)	(35.524)
Outras despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(37.330)	(26.603)	(18.067)	(41.936)
	(37.330)	(26.603)	(18.067)	(41.936)
Resultado financeiro	(68.613)	(2.467)	(61.458)	(36.232)

- (a) Do total da receita financeira registrada em 31 de dezembro de 2013, R\$ 40.746 é em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a..

29 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais da Companhia estão divididos nos seguintes grupos: Personal Care, Gourmet, Craft, Fashion e Syllent e outras empresas.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos.

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Syllent: Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Outras Empresas:

Correspondem a controladas diretas e indiretas, Mundial Inc. e Mundial Personal Care LLC, ambas com sede nos Estados Unidos (EUA); Mundial Argentina, com sede na Argentina; Mundial Ásia, com sede em Hong Kong e Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro e Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda., com sede em Manaus, a Companhia efetua comercialização e distribuição dos produtos de *persona carré*, *fascino* e *gourmet*, motores e demais itens de beleza pessoal.

Apresentação do resultado por divisão:

Saldo em 31/12/14	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Receita líquida	172.999	135.905	31.931	17.089	22.129	-	380.053
(-) CPV	(130.134)	(78.049)	(23.670)	(13.518)	(8.922)	-	(254.293)
Margem bruta	42.865	57.856	8.261	3.571	13.207	-	125.760
Despesas com vendas	(25.832)	(33.000)	(8.872)	(3.223)	(7.776)	-	(78.703)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(38.943)	(38.943)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(49.435)	(49.435)
Impostos sobre o lucro	-	-	-	-	-	12.599	12.599
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(189)	(189)
Resultado	17.033	24.856	(611)	348	5.431	(75.968)	(28.911)

Saldo em 31/12/13	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Receita líquida	188.881	149.910	34.526	14.011	22.370	-	409.698
(-) CPV	(135.723)	(84.840)	(24.407)	(10.735)	(10.151)	-	(265.856)
Margem bruta	53.158	65.070	10.119	3.276	12.219	-	143.842
Despesas com vendas	(30.619)	(25.065)	(6.757)	(2.510)	(9.863)	-	(74.814)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(26.863)	(26.863)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(36.232)	(36.232)
Impostos sobre o lucro	-	-	-	-	-	(1.077)	(1.077)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(251)	(251)
Resultado	22.539	40.005	3.362	766	2.356	(64.423)	4.605

30 Coberturas de seguros

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os bens da Companhia encontram-se segurados contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contratada pela Companhia e suas controladas é composta por R\$ 18.500 para responsabilidade civil, R\$ 45.200 para danos materiais.

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à coligada Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

31 Emissão de debêntures

Em 14 de abril de 2015, foi realizada a Reunião do Conselho de Administração com aprovação por unanimidade de votos sem qualquer reserva, ressalva, oposição ou protesto dos presentes, os membros do conselho aprovaram todos os itens constantes da Ordem do Dia e recomendam à realização da Assembleia geral Extraordinária para: (1) Cancelar e declarar sem qualquer efeito todas as matérias da ordem do dia e deliberações tomadas pelos membros presentes em (i) Reunião do Conselho da Administração da Companhia realizada em 21 de agosto de 2014: e (ii) Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 08 de setembro de 2014, tendo em vista a não realização da emissão das debêntures aprovada em ambos os atos. (2) Examinar, discutir e aprovar a emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações com garantia real, em uma única série, no montante de até R\$50.000. (cinquenta milhões de reais).

Esta captação faz parte do processo de reestruturação e alongamento da dívida financeira da Mundial e os recursos provenientes da mesma serão direcionados para o alongamento da dívida financeira da Companhia.

* *

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin – Presidente
Paulo Roberto Leke – Vice Presidente
Adolpho Vaz de Arruda Neto – Conselheiro
Jose Maria de Cesarino Henriques Soares – Conselheiro
Edson Queiroz Barcelos Junior – Conselheiro

Conselho Fiscal

Paulo Fernando Gross – Conselheiro
Pedro Paulo de Souza – Conselheiro
Launer Oliveira Gonçalves – Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin – Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Julio Cesar Camara – Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas – Diretor

TCCRC- RS 084547/O-0 SSP
Ivanês Grison Souto
CPF: 522.635.500-97